

Fry, Peter (org.). *Moçambique. Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

A coletânea de ensaios organizada por Peter Fry nos proporciona um interessante panorama das recentes reflexões produzidas pela academia em relação a uma região que tem vivenciado transformações profundas em um período de tempo limitado. O livro constitui-se de nove ensaios, majoritariamente produzidos a partir de dissertações e teses, elaboradas por estudantes moçambicanos vindos ao Brasil cursar bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alguns dos quais, concluída a graduação, permaneceram por mais algum tempo realizando o mestrado e posteriormente o doutorado.

O projeto – desde a qualificação dos estudantes até a publicação deste volume – foi financiado pela Fundação Ford e iniciado em 1989, com a perspectiva de fortalecer as Ciências Sociais em Moçambique. Contemplou uma nova geração que, como nos informa Ken Wilson, diretor do programa da Fundação Ford:

é freqüentemente de origem rural ou das províncias do interior, mais freqüentemente falantes de

línguas africanas, pessoas jovens demais para poderem ter sido líderes no período da caminhada para o socialismo, entre 1975 e meados da década de 1980. [...] Embora se sentissem muitas vezes marginais em relação à mal-sucedida transição ao socialismo, foram grandemente beneficiados pela revolução, pois tiveram acesso à educação primária e secundária e, em seguida, à formação universitária, precisamente por causa da Frente para a Libertação de Moçambique (Frelimo) e de intelectuais e doadores que se solidarizaram com a independência de Moçambique (pp. 11-12).

A transcrição desse longo trecho nos parece necessária para que se compreenda quem são os autores da coletânea que, como afirma Peter Fry na “Apresentação”, além de nos proporcionar reflexões sobre questões candentes da sociedade moçambicana, nos brindam com essa faceta de depoimentos, de resultados concretos das inquietações de jovens que formularam as problemáticas de suas investigações a partir de suas experiências culturais e sociais.

Participam da coletânea os autores moçambicanos João Carlos Colaço, Fátima Nordine Mussá, Sérgio Baleira, Cristiano Matsinhe, José Jaime Macuene e Manuel Macia.

Enquanto esses jovens realizavam seus cursos e desenvolviam suas pesquisas, alguns estudantes brasileiros, igualmente contemplados com bolsas da mesma instituição, desenvolviam pesquisas em Moçambique. São eles Edson Borges (CEAA) e Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp/Cebrap), que contribuem com seus ensaios.

Finalmente, colaboram na coletânea: Lorenzo Macagno, vindo da Argentina para estudar no IFCS, que escreveu seus trabalhos de mestrado e doutorado sobre Moçambique, e o pesquisador do Cebrap Emiliano de Castro e Caccia-Bava, que, junto com Omar Ribeiro Thomaz, sistematizou dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, nos proporcionando interessante levantamento sobre algumas características de natureza quantitativa da população de Moçambique. O livro está organizado em quatro seções de ensaios: “Colonialismo, trabalho e cultura”, “Religião e diversidade”, “Pensando a nação” e “Dilemas do pós-socialismo”. Entretanto, nossa reflexão pretende repensar essa distribuição.

Diversos ensaios dessas seções externalizam as marcas que o pro-

cesso recente deixou nos estudiosos. Neles, uma mágoa sutil em relação à Frelimo vai se tornando evidente à medida que a leitura se desenvolve. Observamos, nas críticas feitas em relação ao período, inúmeras associações lineares entre práticas políticas daquele partido com o colonialismo, o que revela, no mínimo, um certo anacronismo.

Exemplo desse comportamento é o texto de João Carlos Colaço, “Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista”, onde são estabelecidas comparações entre a concepção de trabalho do governo colonial e a da Frelimo, concepções estas que mantiveram uma mesma perspectiva objetiva, produtivista e lucrativa e se constituíram “cartão de entrada no grêmio da civilização (modernidade e/ou desenvolvimento)” (p. 92). A identidade entre o caráter coercitivo da política de trabalho do período colonial e a política adotada pela Frelimo é buscada na “Operação Produção”, em 1980, quando a Frelimo submeteu “delinquentes”, “condenados” e “improdutivos” ao trabalho forçado na Província do Niassa, com o duplo objetivo de promover a reeducação daqueles indivíduos e, simultaneamente, desenvolver essa região vítima da baixa densidade demográfica.

João Carlos Colaço critica a Frelimo por ter, à semelhança do colonialis-

mo, classificado como “não-trabalho” aquele que detém outros significados (como o das sociedades tradicionais que tinham função de preencher obrigações para como o grupo); questiona, também, a adoção de uma concepção burguesa de trabalho (subordinada a necessidades econômicas e à racionalidade).

À semelhança do camponês, o trabalhador urbano no Estado dirigido pela Frelimo estará, por meio dos sindicatos, estreitamente ligado às determinações estatais. O autor constata a ausência de um sindicalismo autônomo em Moçambique: “O autoritarismo e o totalitarismo presentes (ou inerentes) aos regimes fascista português e socialista da Frelimo possibilitaram um sindicalismo similar no seu caráter” (p. 105).

Colaço conclui seu ensaio afirmando que a Frelimo, ao subestimar os anseios populares, comprometeu a implementação de políticas públicas, demonstrando uma incapacidade em captar a insatisfação de boa parte da população rural em relação às políticas destinadas às zonas rurais (instalação de aldeias comunais e de cooperativas de consumo, deslocamentos espaciais que muitas vezes implicaram em desrespeito aos locais onde se realizavam rituais tradicionais ou que eram tidos como sagrados) e em cumprir seus propósitos de recuperação da dignidade africana.

Outro exemplo de produção textual que elege a Frelimo como principal interlocutor é o texto de Edson Borges, “A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982)”.

Borges inicia seu ensaio fazendo uma reflexão do que foi o pós-guerra e os anos 50, quando uma onda de otimismo varreu inúmeras regiões e as expectativas de transformação e concretização de utopias estiveram presentes, em particular, junto aos povos recém-libertados do jugo colonial. As elites modernas e ocidentalizadas projetavam a bandeira do futuro e buscavam combinar transformação social com emancipação política. A cultura apresentava-se como postulado da conquista da soberania política dos Estados africanos; buscava-se “a relação dos valores culturais particulares e universais, [a síntese] entre os valores tradicionais e o impacto do desenvolvimento tecnológico na dinâmica cultural do homem africano; e a procura de uma base teórica equilibrada e a análise empírica para melhor responder ao dilema da relação entre a tradição e a modernidade...” (p. 227). Tradição e mudança foram conceitos importantes nos processos de independência, e é neste contexto que o autor passa a analisar as políticas culturais implementadas pela Frelimo em Moçambique. Borges analisa as dificuldades que se colocaram

ao novo Estado no gerenciamento dos programas culturais. A Direção Nacional de Cultura, que surge em finais de 75, defrontou-se com uma carência de quadros qualificados (p. 238). Uma intervenção mais sistemática será iniciada após o III Congresso (fev. de 1977), quando se definiu a luta ideológica que seria travada para a criação do “homem novo”, descolonizado mentalmente e produto de um “processo aprofundado de assimilação de conhecimentos políticos, científicos, técnicos e culturais de outra natureza, pois fundamentado no valor do trabalho e numa ‘consciência socialista’, materialista e coletiva do mundo do trabalho e da sociedade em geral” (p. 240).

O autor analisa então o que ele classifica como “inadequação teórica e metodológica das políticas públicas da Frelimo para o campo cultural” (p.244), ao não reconhecer a pluralidade dos universos culturais moçambicanos e ao considerar o insucesso político como resultado da sabotagem e da ação de inimigos e de uma recusa na superação do obscurantismo, transformando em inimigos elementos de suas próprias fileiras.

Conclui apontando as distâncias entre as políticas oficiais e as práticas cotidianas, e a introdução de deformações nos projetos pelos agentes de implementação dessas políticas, ressaltando, entretanto, que também os interessados desen-

volveram um papel nos referidos desvios.

Ainda nessa linha de reflexão, em que se procede a uma espécie de balanço comparativo entre as práticas intentadas pela Frelimo e as práticas do período colonial, Fátima Nordine Mussá, na seção *Religião e Diversidade*, desenvolve seu ensaio “Entre modernidade e tradição: a comunidade islâmica de Maputo”, a partir de entrevistas e depoimentos colhidos junto às comunidades muçulmanas da capital do país. Busca nessa reflexão compreender as estratégias na construção da identidade dos grupos islâmicos e a disputa entre diferentes práticas religiosas que se desenvolveram historicamente e hoje buscam “fundar tradições” que lhes atribuam legitimidade (p. 111).

A autora reflete, inicialmente, sobre as relações entre o Estado colonial e as diversas religiões existentes em Moçambique. Constata o favorecimento, durante todo o período colonial, dispensado à Igreja católica, importante suporte na política assimilacionista. O resultado dessa política significou a penetração em caráter particular do protestantismo, que apesar de desqualificado e marginalizado ainda era mais bem aceito que os cultos religiosos locais, considerados religiões atrasadas, magia, costumes bárbaros que deveriam ser combatidos. Em semelhante patamar encontrava-se, segundo a autora, o islamis-

mo. Nos anos finais do colonialismo (1965) o Governo colonial tentou conseguir o apoio da comunidade islâmica, em especial os *macua* e os *ajaua*. Após a independência, devido às críticas à Igreja Católica, braço do Governo colonial, e à postura ideológica defensora de um nacionalismo laico, a Frelimo colocou todas as religiões em um segundo plano.

A comunidade islâmica que nos é apresentada por Fátima Nordine Mussá é um grupo com algumas divisões internas. Inicialmente, entre os chamados *monhés* (indianos e paquistaneses), que se encontram no topo da pirâmide social, e os segmentos que se colocam abaixo na hierarquia da sociedade islâmica: os muçulmanos negros e mestiços. A estratificação da comunidade muçulmana é também espacial, em virtude das mesquitas e de seus frequentadores. As disputas se instalam, também, no que se refere às práticas religiosas, havendo uma divergência entre os seguidores da mesquita Anuaril Islam (construída por muçulmanos de Maputo) e a mesquita Afro-Maometana (construída por muçulmanos de Inhambane). Essas divergências tornaram-se mais acirradas, segundo a autora, após a adoção da Constituição multipartidária de 1990, quando “grupos antes sem voz começaram, cada vez mais, a reivindicar o reconhecimento de posições e identidades” (p. 131).

Com essas considerações Fátima Nordine Mussá nos deixa entrever as inúmeras divergências que estiveram represadas durante anos, e que no presente momento encontram formas de extravasar, exibindo a sociedade em toda a sua diversidade e obrigando à construção de novas situações políticas e sociais.

Vários ensaios da coletânea dedicam-se a refletir sobre a nacionalidade moçambicana. Embrenhados em transformações tão radicais que conduziram a população do colonialismo ao socialismo e, agora, a um capitalismo de última geração, é natural que se promovam indagações sobre esse coletivo submetido a tais experiências históricas. Portanto, é com naturalidade e muita curiosidade que vemos emergirem as formulações relacionadas à nacionalidade e que, gradualmente, vão colaborando na composição desse mosaico de cuja imagem final apenas temos um vislumbre.

Se considerarmos a constituição da nação como uma superação das identidades locais, como um momento de desenraizamento, a sujeição/vinculação às políticas impostas pela metrópole estariam na gênese dessa formação. Esse pode ser o eixo orientador de nossa leitura sobre a ação metropolitana, analisada por Lorenzo Macagno, no texto “O discurso Colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a

“Geração 95””. Nele, Lorenzo Macagno faz um estudo sobre os promotores da consolidação e fortalecimento do sistema administrativo português sobre Moçambique, nos últimos anos do século XIX, pressionados, de um lado, pelos avanços da política neocolonial europeia e pelo “ultimato britânico” e, por outro, pelo fortalecimento do Império de Gaza, ao sul, e pela nação barué, na região central. Freire de Andrade, Antonio Enes, Eduardo Costa, Aires Ornelas, Eduardo Galhardo e Mouzinho de Albuquerque, representantes da chamada “Geração 95”, foram os responsáveis por levar a “bom termo” o processo de ocupação efetiva de Moçambique. Paralelamente, esboçaram um “saber” sobre as colônias que se constituirá em matriz discursiva na qual o colonialismo português se apoiará por décadas.

Lorenzo Macagno conduz sua análise no sentido de demonstrar como a “Geração 95” impôs categorias para pensar Moçambique através de um processo que ao mesmo tempo em que pregava a tolerância e respeito aos “usos e costumes”, os “produzia”. Nesse sentido, oferece-nos o exemplo da criação da figura dos administradores de postos que, tal como os “usos e costumes” indígenas, irão concentrar uma série de funções institucionais semelhantes aos antigos dirigentes (chefes

tribais) – que, além de administrar, julgavam, cobravam impostos e ouviam as queixas da população (p. 73). As interpretações feitas pela “Geração 95” tornam-se o que Bourdieu chama de “poder de nomeação”, em um “saber” em relação aos povos da colônia que transformaram as instituições locais em categorias homogeneizantes sob a denominação de “usos e costumes”. Esses foram os elementos que sustentaram o discurso colonizador possibilitando “sacrificar a outorga de plenos direitos de cidadania em virtude da aplicação discriminada da lei de acordo com o estado de evolução das populações”; possibilitaram, ainda, “a defesa de uma assimilação gradual, na qual o disciplinamento do trabalho constituiria a primeira etapa na evolução” (p. 86). Se, até aqui, a idéia de nação foi sendo estabelecida em seus contornos territoriais e na alteridade em relação ao colonizador, no ensaio “Contextos cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em andamento)”, de Omar Ribeiro Thomaz, podemos esmiuçar os setores da sociedade colonial que iniciam a construção de uma proposta alternativa para essa dominação. O autor faz uma reflexão sobre a nação a partir do que ele denomina contextos cosmopolitas, que seriam espaços de articulação de uma soci-

abilidade da colônia, mais especificamente as missões religiosas, a administração colonial e os grupos de intelectuais, possibilitando experiências específicas que os diferenciava da metrópole, com quem mantinham uma relação relativamente conflituosa no jogo de interesses.

Os dois primeiros setores analisados estariam, segundo o autor, empenhados em um projeto de autonomia sem ruptura violenta com a metrópole. Fundamentavam suas perspectivas no exemplo brasileiro, nas trilhas do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, alardeando a especificidade da “colonização lusíada” e propugnando a “integração racial”.

O terceiro grupo, os intelectuais, diferente dos anteriores, estabeleciam como pressuposto para seus propósitos o rompimento com a metrópole. Também para estes o Brasil e particularmente o “sistema cultural brasileiro” foi recurso para afirmação da autonomia em relação a Lisboa.

A qualidade “cosmopolita” seria decorrente de um certo desenraizamento dos componentes destes setores, resultante de uma razoável articulação internacional que lhes propiciava referências (transnacionalismo das missões, a referência às instituições metropolitanas para a administração). São os “assimilados” e formam o grupo central na compreensão do processo de invenção de Moçambique, e é sobre estes

dois segmentos que está centrado o ensaio, buscando compreender a particularidade do processo de assimilação que marca estes segmentos, e qual o lugar que foi atribuído ao trabalho para esses dois setores. Quanto aos intelectuais, há uma referência bastante superficial sobre sua atividade neste período, recorrendo-se em diversos momentos à crítica literária angolana e não à moçambicana, mas que não chega a comprometer o trabalho, uma vez que não é este o centro da reflexão. Ligada, ainda, a essa temática, podemos pensar a contribuição do estudo de Cristiano Matsinhe: “Biografias e heróis no imaginário nacionalista moçambicano”, que, também, busca a conceituação de nação e a compreensão dos elementos que a constituem. Nesses sentidos, o autor propõe-se a acompanhar a trajetória de dois personagens que se constituíram em pilares da formação do Estado-Nação em Moçambique: Eduardo Mondlane e Samora Machel, pois para o autor as biografias e autobiografias constituem-se em materiais privilegiados tanto para analisar a emergência de diferentes formas de auto-representação, de construção de identidades e de legitimação, quanto para analisar processos sociais e institucionais.

Matsinhe, antes de iniciar a sua exposição sobre as biografias de Mondlane e Machel, faz alguns co-

mentários sobre sua compreensão do gênero biografia. A construção autobiográfica, segundo Gusdorf, pressupõe o “reconhecimento de si”, uma “distinção”, a consciência de ser exclusivo, a noção de “coerência”, o compromisso com a “continuidade”. Assim o autor de uma autobiografia se percebe como alguém à parte, destacado do conjunto de seus contemporâneos; apresenta uma noção de fixidez e de continuidade (p. 187) e uma impressão de uma personalidade segura, satisfeita com a sorte. Segundo Bourdieu, a vida do biografado ou autobiografado é concebida como uma totalidade orientada, “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto” (p. 188). Matsinhe adverte que tanto a biografia de Mondlane como a de Machel foram construídas de acordo com esses postulados.

O estudo sobre Mondlane se baseia em uma carta autobiográfica que ele fez a pedido de um pastor da Igreja Presbiteriana (Macave) de Moçambique, escrita em changane, fator que é identificado como um outro espaço de socialização além do sistema oficial (língua portuguesa); outro documento é uma autobiografia feita, provavelmente, durante a luta armada. Finalmente o livro *Chitalango, filho do chefe*, feito por Clerc, baseado em

memórias e notas produzidas pelo próprio Mondlane.

A trajetória de Mondlane é orientada como se ele já tivesse uma predestinação. Sua mãe é destacada na história como responsável por manter essa concepção/orientação de vida. Após atingir os limites máximos possíveis em escolas missionárias, é transferido para uma escola da África do Sul, onde completa sua formação. Seu estudo nos EUA e seu emprego na ONU o trazem de volta a Moçambique onde ele estabelece contatos com os nacionalistas e onde desempenha papel fundamental na unificação dos três movimentos nacionalistas existentes e na formação da Frelimo (p. 202).

As biografias de Machel foram escritas por Barry Munslow e por Iain Christie, que trabalhou em Moçambique na Agência Nacional de Informação e na Rádio de Moçambique. Sua biografia é cheia de episódios que demonstram sua coragem (combate a um jacaré que capturou um vitelo) e de ligações com o passado de resistência: pendurava-se na árvore sob a qual Maguiguana (império de Gaza) presidia sua corte (p. 219). Cumpriu todas as etapas possíveis de formação oferecidas aos colonizados e iniciou o seu trabalho em hospitais, atividade que, associada à continuidade de sua formação teórica (escola na Mafalala), possibilitou a conclusão do curso de en-

fermeiro ao mesmo tempo em que amadurecia politicamente, preparando-se para o ato seguinte de ingresso no exército de libertação. Assim, conclui-se que nas referidas obras os personagens procuram apresentar-se como pessoas incomuns, uma vez que se viram ou foram vistos como seres predestinados (chefe de importante linhagem ou homem de incomum coragem), indicando que seriam grandes líderes. O discurso nacionalista e as narrativas biográficas tendem a mostrar um passado harmônico e equilibrado que foi destruído pela “invasão” portuguesa. No início, a história da “nação” era gloriosa no poder, religiosidade, e no bem-estar geral; vieram depois os anos de decadência causada pelo colonialismo e assim se impõe o discurso auto-evidente de uma restauração (p. 222). Constata-se, portanto, que as biografias dos principais líderes nacionalistas moçambicanos foram construídas para legitimá-los como sujeitos esclarecidos e competentes para assumir o papel de vanguarda e de libertadores, o que Foucault chamou de “poder pastoral”. O nacionalismo motiva também Sérgio Baleira em “Nações concorrentes: estratégias de construção de identidade”, que equaciona sua reflexão no contexto das concepções naturalística e construtivista de nação. Considera que as ações nacionalistas são legitimadas pela ação

grupal ou comunitária, “quem sabe natural”. Por outro lado, busca estabelecer os nexos entre as filosofias da história historicista e iluminista e as ações nacionalistas, sem pressupor qualquer linearidade entre filosofias e práticas empíricas.

A nação é disputada por diferentes concepções: a naturalística que, sobretudo no século XIX e início do XX, animou ações políticas as quais, partindo da concepção de raça, a ela agregam elementos como etnicidade, língua vernácula, que seriam os laços primordiais ou naturais de identidade produzindo uma solidariedade “espontânea”. A outra grande concepção é a construtivista, que se desenvolve a partir da Revolução Francesa e é definida como uma associação voluntária e consciente de uma comunidade – pluriétnica ou não – para a construção de um Estado. A concepção construtivista desenvolvida a partir do Iluminismo adota a universalização de valores baseados na razão (exemplo: direitos humanos, igualdade, liberdade, democracia), propõe progressivo e ininterrupto processo civilizatório. A contra-corrente historicista defende a pluralidade dos grupos étnicos, o particularismo, a autonomia. Sugere a continuidade das diferenças e do particularismo, o que legitima a desintegração do Estado-nação.

Na atualidade, observa-se a coexistência tanto de tendências separatis-

tas (identidade, línguas, etc) como agregacionistas (Alemanha, União Européia).

O autor parte de uma reflexão crítica das produções de Anderson e Gellner, que constroem um grande modelo referente ao conceito de Estado-nação, modelo esse que se enquadra na caracterização construtivista. Para eles, o Estado soberano é condição *sine qua non* da existência da nação. Esse modelo de Estado teria sido “plagiado” em diferentes regiões por diferentes povos. O plágio se deve à diversidade de ações nacionalistas e à impossibilidade de uma definição clara, existindo “constructos” que dão margem a arbitrariedades.

Diferentemente de Anderson, Baleira parte da ausência de critérios para construir modelos e como decorrência dessa afirmação considera que é sempre possível conceber identidades coletivas diferenciadas e exclusivas. Os elementos adotados para construção dessas identidades são os mais variados (território, demografia, voluntarismo, laços primordiais). Afirma, ainda, recorrendo a Hobsbawm, que esses critérios são construídos pelas ações nacionalistas que fazem deles estratégias de institucionalização da identidade, “inventando uma tradição”.

A concepção construtivista, hoje, prega mais a convivência pacífica em meio à diversidade cultural que

uma universalização à la Condorcet. A universalização dos valores e a globalização hoje, que tem sua origem no iluminismo, passando pelo Estado-nação centralista, se apresentam não como um processo aniquilador e intolerante da diversidade cultural e mais como uma força de preservação e equilíbrio sócio-ecológico e cultural.

Concluindo, as possibilidades teórico-lógicas de versões de nações são infinitas. Entretanto, a realização prática dessa possibilidade teórico-lógica não se efetiva. Os constrangimentos estruturais para a efetivação das possibilidades lógico-teóricas podem ser encontrados em dois importantes elementos estruturais: o mito e a biografia das nações. O mito, como um sistema simbólico estruturado e estruturante de comunicação e conhecimento, é instrumento de imposição e de legitimação de determinada ordem de relações de poder e dominação; assim, a construção da nação é sempre moldada por um determinado grupo, que, por sua vez, tem suas ações determinadas por sistemas simbólicos pré-existentes. Por sua vez, os nacionalistas produzem biografias coletivas, histórias de um grupo social. Esse é um recurso que justifica e legitima as ações nacionalistas.

Baleira termina seu artigo demonstrando que tanto as ações nacionalistas naturalistas como as constru-

tivistas recorreram a biografias coletivas e a mitos para justificar suas ações, os quais constroem e inibem a realização prática e concreta das infinitas possibilidades teórico-lógicas de nações alternativas.

Encerra esse conjunto de ensaios o texto de José Jaime Macuene sobre “As Reformas econômicas em Moçambique: atores, estratégias e coordenação”. No ensaio o autor se propõe a analisar o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), iniciado em janeiro de 1987, com duração prevista para três anos. Este acordo foi firmado após sucessivos apelos do governo moçambicano para obter ajuda alimentar para a população assolada pela guerra civil e pela fome, e também como forma de aliviar o peso da dívida externa. Assim, após ter aderido formalmente ao FMI em 1984, lançou-se a uma série de acordos particulares com os devedores e finalmente foi firmado o PRE.

O plano demonstrou que, apesar dos dados analisados pelo Banco Mundial terem sido considerados um “sucesso” a “pobreza, a fome, a criminalidade, a exclusão social, o desemprego e o setor informal cresceram a níveis assustadores, pondo em questão a sustentabilidade das reformas econômicas” (p. 253).

Os dados que nos são oferecidos nesse ensaio funcionam como um atenuador para as críticas mais can-

centes promovidas ao modelo econômico anteriormente adotado, e repelido de forma veemente em vários artigos que constituem a coletânea. Demonstram que, se houve falência das propostas socialistas, às quais foi concedido um curtíssimo prazo de pouco mais de 10 anos, não será o neoliberalismo que trará a redenção ao povo uma vez que sua prática supera o período concedido à prática anterior e até agora não se vislumbram sinais de superação das dificuldades mais primárias da população moçambicana.

O ensaio seguinte, “Moçambique: terra, poder e os processos de legitimação”, funciona como uma ilustração sobre tal constatação. Nele, Manuel Macia nos dá um exemplo dos problemas que a nova estruturação da economia oferece aos moçambicanos, quando, a propósito de conflitos em torno da posse e distribuição de terras, retoma-se a questão do poder tradicional dos régulos.

Moçambique tem contrariado as mais frequentes e usuais proposições relacionadas à análise social que afirma serem as mudanças sociais por natureza transformações lentas e ligadas à longa duração, o que dificultaria a sua apreensão pelo cientista social. Em um intervalo de aproximadamente 30 anos, Moçambique passou da condição de colônia para a de uma República Popular socialista e hoje, imersa na

avalanche que varre o planeta, vive um momento de pluralismo político e de reformulações econômicas. Moçambique torna-se um laboratório para o cientista social que busca

compreender os movimentos das sociedades humanas e os ensaios desta coletânea refletem a busca de equacionamento dessas diferentes experiências.

Maria do Carmo Ferraz Tedesco

Universidade Federal de Goiás

Aos colaboradores de *Afro-Ásia*

Afro-Ásia é uma publicação semestral do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dedicada à divulgação de estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil e alhures. Aceitamos textos inéditos, que serão publicados na ordem de recebimento se aprovados por pareceres de membros do Conselho Editorial ou de outros especialistas designados pela editoria.

Aos que desejam enviar seus textos, solicitamos que sigam as seguintes regras editoriais:

1. O texto não deve ultrapassar 35 páginas em formato A4, espaço entrelinhas de 1,5, fonte Times New Roman 12, em Winword 7.0 ou posterior.

2. As notas devem vir em rodapé, com todas as referências a fontes de praxe, seguindo as seguintes regras:

a) Nas referências a *fontes primárias* indicar, com precisão, sua origem em documentos escritos, orais, iconográficos e outros. Fontes devem indicar, na ordem, a instituição, o fundo, o documento e data. Exemplo: AHM-ACM, Seção A, Diversos Confidenciais, cx. 07, Maço 07, *do Gov. Geral de Moçambique, Freire de Andrade ao Ministro da Marinha e Ultramar* de 06/11/1909. Citações seguintes: AHM-ACM, *Nota Confidencial nº 42*.

b) Citação de *artigo* em revista: nome por extenso do(s) autor(es), [vírgula], título entre aspas [vírgula], nome da revista em itálico [vírgula], volume e/ou número da revista (ano da publicação entre parênteses) [vírgula], paginação [p. ou pp.]. Nas citações seguintes da mesma obra bastam o último sobrenome, ou regra consagrada culturalmente (por exemplo, nos casos de autores de países hispânicos os dois últimos sobrenomes), e parte do título da obra. Exemplos: primeira citação: Thomas Holt, “A essência do contrato”: a articulação de raça, gênero e economia na política de emancipação britânica (1838-1866)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 28 (1995), p. 11. Citações seguintes: Holt, “A essência do contrato”, p. 9.

c) Citação de *capítulo* em livro coletivo: nome por extenso do(s) autor(es) [vírgula], título entre aspas [vírgula], in nome(s) do(s) organizador(es) do livro acompanhado(s) de (org.) ou (orgs.) [vírgula], título do livro em itálico (local, editora e ano entre parênteses), paginação. Nas citações seguintes da mesma obra, mesma regra para artigo. Exemplos: primeira citação: Yvan Debbasch, “Le Maniel: Further Notes”, in Richard Price (org.), *Maroon Societies* (Garden City, Anchor Books, 1973), p. 145. Citações seguintes: Debbasch, “Le Maniel”, p. 144.

d) Citação de *livro*: nome por extenso do autor [vírgula], título e subtítulo do livro em itálico [vírgula], local [vírgula], editora [vírgula], data [vírgula], paginação. Nas citações seguintes, sobrenome e parte do título da obra. Exemplo: primeira citação: Emilia Viotti da Costa, *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1994, p. 217. Citações seguintes: Costa, *Crown of Glory*, pp. 203-204.

Os textos devem ser enviados para: afroasia@ufba.br

Afro-Ásia – Mestrado em História – FFCH – UFBA. Estrada de São Lázaro, 197 – Federação Cep.: 40210-630 – Salvador – Bahia – Brasil

Não serão considerados textos remetidos fora destes padrões.